Iniciativa "Coração da Conservação" do GEF

Perguntas frequentes sobre o Convite à Manifestação de Interesse para a Componente 1

Este documento fornece respostas às perguntas que foram feitas durante as reuniões presenciais (o workshop de Roma em fevereiro de 2025 e um evento paralelo no Fórum Permanente sobre Questões Indígenas das Nações Unidas em abril de 2025) e webinars em março realizados para fornecer informações sobre a Iniciativa Coração da Conservação (HCI pela sigla em inglês) do GEF. O último conjunto de webinars foi realizado em 5 de junho, 9 de junho e 11 de junho de 2025 em inglês, francês, espanhol e português para fornecer informações sobre o Convite à Manifestação de Interesse para Parceiros do Componente 1. Para mais informações sobre o HCI, consulte a página do projeto (<https://www.worldwildlife.org/projects/heart-of-conservation-initiative>) e o convite à manifestação de interesse (<https://www.worldwildlife.org/pages/wwf-gef-expressions-of-interest>).

A. ELEGIBILIDADE

1. Qual é o principal objetivo do Componente 1 da Iniciativa Coração da Conservação (Heart of Conservation Initiative o HCI)?

Há um número crescente de instituições, organizações, redes e mecanismos de financiamento liderados por Povos Indígenas e/ou comunidades locais que estão a gerir e distribuir fundos para comunidades, membros e parceiros afiliados. Estas organizações são capazes de apoiar as comunidades, os membros e os parceiros de formas que estão em sintonia com as suas realidades locais. De um modo geral, desempenham um papel importante ao permitirem que níveis mais elevados de financiamento cheguem aos Povos Indígenas e às comunidades locais de formas localmente adequadas. A Componente 1 da HCI foi concebida para criar parcerias com um número limitado dessas organizações, de modo a permitir-lhes apoiar as comunidades afiliadas, os membros e os parceiros para melhorar a gestão das terras, dos territórios e dos recursos e proporcionar Benefícios Ambientais Globais.

2. Quais são os critérios de elegibilidade para os parceiros do Componente 1?

O convite à manifestação de interesse está aberto a organizações que cumpram os seguintes critérios de elegibilidade:

- a. As organizações candidatas são:
 - Instituições representativas dos povos indígenas e/ou das comunidades locais;
 - Organizações, redes ou mecanismos de financiamento criados por povos indígenas e/ou comunidades locais para promover os seus direitos e o seu bem-estar;

- Um consórcio composto por qualquer um dos tipos de organizações acima referidos.
- b. As organizações candidatas devem estar registradas e operar no país ou países elegíveis para o GEF.
- c. As organizações candidatas devem ter estabelecido mecanismos de consulta e prestação de contas com os povos indígenas e/ou as comunidades locais que representam ou servem.
- d. As organizações candidatas devem possuir capacidades institucionais demonstráveis (incluindo capacidades administrativas, financeiras, de gestão e acompanhamento de projetos) e experiência na gestão eficaz de projetos complexos, subvenções e riscos.
- e. As organizações candidatas devem ter capacidade institucional adequada e experiência na gestão e distribuição de fundos aos membros, comunidades ou parceiros que trabalham no terreno.
- f. As organizações candidatas devem ter experiência documentada no apoio ou implementação de projetos no terreno determinados pelos povos indígenas e/ou comunidades locais.
- g. As organizações candidatas devem ter uma estratégia ou abordagem comprovada para garantir a inclusão e a liderança de mulheres e jovens no seu trabalho.

3. Quem são os "povos indígenas" e as "comunidades locais"?

Os critérios de identificação dos povos indígenas estão consagrados na Convenção n.º 169 da OIT, artigo 1. A Convenção estabelece que os povos indígenas são:

- Povos que descendem das populações que habitavam o país, ou uma região geográfica a que o país pertence, no momento da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras do estado e que, independentemente do seu estatuto jurídico, conservam uma parte ou a totalidade das suas próprias instituições sociais, económicas, culturais e políticas.
- Além disso, a autoidentificação como indígena é um critério fundamental.

Nos termos da alínea j) do artigo 8.º da Convenção sobre a Diversidade Biológica, as comunidades locais consideradas no âmbito do HCI são as que incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica.

4. Pode um fundo liderado por indígenas de um país elegível para o GEF candidatar-se?

Sim, encorajamos especialmente os fundos liderados por indígenas a candidatarem-se. Os candidatos elegíveis são:

- Instituições representativas dos povos indígenas e/ou das comunidades locais;
- Organizações, redes ou mecanismos de financiamento criados por povos indígenas e/ou comunidades locais para promover os seus direitos e o seu bem-estar; ou
- Um consórcio composto por qualquer um dos tipos de organizações acima referidos.

O facto de a organização ter sido criada para gerir e distribuir fundos faz com que este seja um candidato forte.

5. Se uma organização não governamental que tem liderança indígena, trabalha com comunidades indígenas e está registada num país elegível para o GEF for elegível, mas não é uma instituição representativa de uma determinada comunidade, essa organização é elegível?

Sim, essa organização seria considerada como uma organização estabelecida pelos Povos Indígenas para promover seus direitos e bem-estar e, por conseguinte, seria elegível, de acordo com os critérios estabelecidos. Como mencionado anteriormente, as organizações são elegíveis se forem:

- Instituições representativas dos povos indígenas e/ou das comunidades locais;
- Organizações, redes ou mecanismos de financiamento criados por povos indígenas e/ou comunidades locais para promover os seus direitos e o seu bem-estar; ou
- Um consórcio composto por qualquer um dos tipos de organizações acima referidos.

6. Uma organização de base comunitária (OBC) dirigida localmente que trabalha com um pequeno número de comunidades pode candidatar-se?

Uma organização liderada localmente é elegível se tiver como objetivo específico representar ou servir os povos indígenas e/ou as comunidades locais. No entanto, a Componente 1 destina-se especificamente a organizações maiores que tenham ou pretendam desenvolver a capacidade de gerir e distribuir fundos a uma série de outras comunidades, OCB e/ou membros para a obtenção de Benefícios Ambientais Globais.

7. As ONG internacionais que trabalham diretamente com os povos indígenas e as comunidades locais são elegíveis para se candidatarem? Uma organização sem fins lucrativos registada que trabalhe com comunidades locais ou organizações da sociedade civil (OSC) de base pode ser elegível para este financiamento? E se tiverem um membro que seja indígena, isso torna-as elegíveis para se candidatarem?

Não. Os únicos candidatos elegíveis são:

- Instituições representativas dos povos indígenas e/ou das comunidades locais;
- Organizações, redes ou mecanismos de financiamento criados por povos indígenas e/ou comunidades locais para promover os seus direitos e o seu bem-estar; ou
- Um consórcio composto por qualquer um dos tipos de organizações acima referidos.

O fato de ter um membro indígena não torna outros tipos de organizações elegíveis para se candidatarem à HCI. Do mesmo modo, as ONG, as organizações sem fins lucrativos registadas e as ONG internacionais, mesmo que trabalhem diretamente com as populações indígenas e as comunidades locais, não são elegíveis para se candidatarem.

8. Um programa nacional do Programa de Pequenas Subvenções do GEF (SGP) é elegível para se candidatar ao HCI?

Não. Os candidatos elegíveis são:

- Instituições representativas dos povos indígenas e/ou das comunidades locais
- Organizações, redes ou mecanismos de financiamento criados por povos indígenas e/ou comunidades locais para promover os seus direitos e o seu bem-estar; ou
- Um consórcio composto por qualquer um dos tipos de organizações acima referidos.

9. As entidades jurídicas que gerem parques nacionais, onde estão incluídas comunidades indígenas, podem candidatar-se?

Os únicos candidatos elegíveis são as instituições, organizações, redes ou mecanismos de financiamento dos povos indígenas e/ou das comunidades locais. Por conseguinte, uma autoridade do Parque Nacional enquanto tal não é um candidato elegível.

10. Todos os membros de um consórcio que se candidata têm de cumprir todos os requisitos de elegibilidade?

Sim, todos os membros de um consórcio devem ser:

- Instituições representativas dos povos indígenas e/ou das comunidades locais; ou
- Organizações, redes ou mecanismos de financiamento criados por povos indígenas e/ou comunidades locais para promover os seus direitos e o seu bem-estar.

11. Existe um limite para o número de organizações num consórcio?

Não, não há limite para o número de organizações que se candidatam como consórcio, desde que os membros estejam em países elegíveis para o GEF.

12. Podem duas ou mais organizações que apoiem associações indígenas ou de comunidades locais - mas que não sejam elas próprias organizações indígenas ou de comunidades locais - apresentar uma proposta como consórcio?

Não. Todos os membros de um consórcio devem ser:

- Instituições representativas dos povos indígenas e/ou das comunidades locais; ou
- Organizações, redes ou mecanismos de financiamento criados por povos indígenas e/ou comunidades locais para promover os seus direitos e o seu bem-estar.

13. Se um grupo ou organizações decidirem candidatar-se como um consórcio, como devem preencher o formato da manifestação de interesse, que apenas pede informações sobre uma organização (perguntas 1-5)?

Ao preencher o formulário para a manifestação de interesse de um consórcio, forneça informações sobre o candidato principal do consórcio (a organização que será o titular do contrato) em resposta às perguntas 1-5 e forneça informações sobre os outros membros do consórcio na pergunta 6 (nomes, país de registro, etc.).

B. PATROCINADORES FISCAIS

14. Uma organização pode candidatar-se com um patrocinador fiscal e, em caso afirmativo, quem tem de demonstrar a elegibilidade, o candidato ou o patrocinador fiscal? Tanto o candidato como o patrocinador fiscal têm que estar registados num país elegível para o GEF?

Uma organização pode candidatar-se com um patrocinador fiscal. É o candidato e não o patrocinador fiscal que precisa de cumprir os requisitos de elegibilidade. O candidato tem que estar registado num país elegível para o GEF; no entanto, o patrocinador fiscal não precisa estar registado num país elegível para o GEF.

15. O patrocinador fiscal pode ser um candidato principal?

Não. Os únicos candidatos elegíveis são:

- Instituições representativas dos povos indígenas e/ou das comunidades locais;
- Organizações, redes ou mecanismos de financiamento criados pelas populações indígenas e/ou comunidades locais para promover seus direitos e bem-estar;
- Um consórcio composto por qualquer um dos tipos de organizações acima referidos.

16. É o candidato ou o patrocinador fiscal que tem de demonstrar capacidades institucionais (administrativas, financeiras, de gestão e acompanhamento de projetos) e experiência na gestão eficaz de projetos complexos, subvenções e riscos?

É o candidato que tem de demonstrar capacidades institucionais e experiência na gestão eficaz de projetos complexos, subvenções e riscos. Podem trabalhar com um patrocinador fiscal, mas o candidato continuará a ser o parceiro de execução.

17. Os patrocinadores fiscais devem ser uma Organização dos Povos Indígenas (OPI) ou uma ONG pode ser um patrocinador fiscal?

O patrocinador fiscal não precisa de ser uma organização dos povos indígenas ou de uma comunidade local. O patrocinador fiscal pode ser uma IPO, uma ONG ou uma ONG internacional.

18. Se um candidato trabalhar com um patrocinador fiscal, é o patrocinador fiscal que deve preencher o formato da manifestação de interesse e fornecer informações sobre o nome

da organização, o país e o ano de registo, o sítio web, a pessoa de contacto e as experiências?

Não. O formato da manifestação de interesse deve ser preenchido pelo candidato, ou seja, o fundo ou organização dos povos indígenas e/ou da comunidade local, de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos. Se o candidato trabalhar com um patrocinador fiscal, deve incluir informações sobre esse acordo, bem como informações sobre o patrocinador fiscal na sua resposta à **pergunta 10** da manifestação de interesse, sobre o orçamento total da organização nos últimos três anos.

Se um parceiro selecionado optar por trabalhar com um patrocinador fiscal, deve ser claramente indicado nos acordos contratuais entre o parceiro selecionado e o WWF que o financiamento se destina a apoiar o candidato e que a decisão sobre o patrocínio fiscal é tomada pelo candidato, exercendo o seu direito à autodeterminação.

19. Pode um funcionário/instituição governamental ser um patrocinador fiscal de projetos comunitários numa área específica?

Este tipo de acordo só pode ser considerado se um candidato elegível (povos indígenas e/ou comunidade local) solicitar a uma instituição oficial/governamental que seja o patrocinador fiscal do seu projeto no terreno.

C. OUTROS PROJECTOS E ORÇAMENTO DO GEF

20. Uma organização que está recebendo financiamento da Iniciativa de Conservação Inclusiva (ICI) do GEF-7 pode se candidatar como parceiro do Componente 1 da HCI do GEF-8?

Sim, mas o trabalho que constitui o foco da candidatura deve ser adicional ao trabalho da ICI. Além disso, durante a seleção dos parceiros, a HCI buscará diversidade geográfica e de ecossistemas no portfólio de subprojetos da HCI.

21. Uma organização que tenha sido aprovada para receber outros financiamentos do GEF 8 é elegível?

Sim, as organizações que têm outras fontes de financiamento, incluindo do GEF 8, podem candidatar-se ao HCI. No entanto, não deve haver duplo financiamento ou duplicação de atividades já financiadas, nem dupla contagem de cofinanciamento ou de hectares reportados.

22. Existe um requisito orçamental anual mínimo para que os candidatos sejam elegíveis?

Não, não é exigido um orçamento anual mínimo para que os candidatos sejam elegíveis. Mas devem, pelo menos, cumprir os seguintes critérios:

- As organizações candidatas devem possuir capacidades institucionais demonstráveis (incluindo capacidades administrativas, financeiras, de gestão e acompanhamento de projetos) e experiência na gestão eficaz de projetos complexos, subvenções e riscos.
- As organizações candidatas devem ter capacidade institucional adequada e experiência na gestão e distribuição de fundos aos membros, comunidades ou parceiros que trabalham no terreno.
- As organizações candidatas devem ter experiência documentada no apoio ou implementação de projetos no terreno determinados pelos povos indígenas e/ou comunidades locais.
- As organizações candidatas devem ter uma estratégia ou abordagem comprovada para garantir a inclusão e a liderança de mulheres e jovens no seu trabalho.

No entanto, o HCI foi concebido para ir além do que o Programa de Pequenas Subvenções do GEF e outros estão a apoiar, e fornecerá subvenções de pelo menos 1 milhão de dólares ao longo de quatro anos.

23. Qual é a proporção desejado entre os custos operacionais do candidato e o orçamento destinado às comunidades no terreno?

Não existe uma proporção recomendado entre os custos operacionais do candidato e o orçamento destinado às comunidades no terreno. A orientação geral é que "uma proporção significativa" do orçamento deve chegar às comunidades no terreno, mas a proporção correta será específica ao contexto.

24. As "subvenções às comunidades" podem ser uma categoria do orçamento?

Sim. A subvenção ou a distribuição de fundos às comunidades e/ou aos membros é uma atividade relevante e desejável no âmbito do projeto, que deve ser refletida como uma categoria no orçamento com uma descrição no formulário da manifestação de interesse.

D. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO

25. Quais são os critérios de avaliação dos projetos?

Os critérios de avaliação baseiam-se nas propostas de critérios de seleção acima referidas para projetos no terreno e atribuem uma pontuação máxima a cada critério. Este é um esboço ilustrativo dos critérios de avaliação que serão utilizados como guia para os peritos técnicos analisarem, avaliarem e classificarem as propostas.

Critérios de seleção	Pontuação máxima
A proposta tem um objetivo claro e resultados viáveis com vista à obtenção de benefícios ambientais globais no(s) país(es) elegível(eis) para o GEF.	15 pontos

A proposta garantirá que uma parte significativa dos fundos seja distribuída aos membros, comunidades ou parceiros que trabalham no terreno, com base em prioridades autodeterminadas para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade.	20 pontos
A proposta tem uma estratégia clara para melhorar a gestão das terras, territórios e recursos por parte das populações indígenas e/ou comunidades locais.	15 pontos
A proposta inclui ações para garantir a inclusão das mulheres e dos jovens em todos os níveis de atividades.	10 pontos
A proposta apresenta uma estratégia clara para envolver outros titulares de direitos e atores relevantes, a fim de maximizar o impacto e a sustentabilidade dos resultados.	10 pontos
A proposta aumentará a visibilidade e o reconhecimento das contribuições dos povos indígenas e/ou das comunidades locais para a conservação e utilização sustentável de uma biodiversidade globalmente significativa.	10 pontos
Os parceiros irão reportar o número de beneficiários diretos (desagregados por género).	10 pontos
Os parceiros irão reportar pelo menos um outro indicador principal do GEF	10 pontos
Total (pontuação máxima possível)	100 pontos

26. Quais são os indicadores principais do GEF relevantes para os projetos?

Todos os projetos financiados pelo GEF apresentam relatórios sobre os indicadores principais do GEF, que são indicadores padrão que o Secretariado do GEF utiliza para compreender o desempenho e os resultados da sua carteira. Todos os subprojetos devem apresentar relatórios sobre o número de beneficiários diretos, desagregados por género. Além disso, espera-se que os beneficiários informem sobre um ou mais dos indicadores abaixo, com base no que for mais relevante para o projeto:

- Áreas terrestres protegidas com melhor eficácia de gestão (# ha)
- Áreas marinhas protegidas com melhor eficácia de gestão (# ha)
- Área de floresta e terras florestais em recuperação (# ha)
- Área de zonas húmidas (incluindo estuários e mangais) em recuperação (# ha)
- Outras Medidas Eficazes de Conservação Baseadas em Área (OECMs pela sigla em inglês) terrestres apoiadas (nome e # ha)
- Outras Medidas Eficazes de Conservação Baseadas em Área (OECMs) marinhos apoiados (nome e # ha)

A maioria dos projetos do GEF apenas reporta sobre dos indicadores principais acima referidos e, por vezes, apenas um. Os proponentes são encorajados a selecionar os indicadores que consideram que melhor descrevem as atividades planeadas, contando cada hectare apenas uma vez. Se forem selecionados, os proponentes trabalharão com a equipa do WWF para garantir o alinhamento com as definições do GEF.

Em resultado das atividades no terreno comunicadas em hectares, alguns projetos podem também comunicar as emissões de gases com efeito de estufa atenuadas (indicador principal 6).

Podem ser encontradas orientações adicionais no seguinte documento: https://www.thegef.org/sites/default/files/documents/2022-09/Results_Framework_Guidelines_2022_06_30.pdf

27. Como são avaliados os projetos que obtêm bons resultados num critério de ponderação elevada (por exemplo, a distribuição de fundos) mas fracos em outro (por exemplo, a inclusão de mulheres/jovens)?

A avaliação técnica de todas as manifestações de interesse elegíveis inclui a pontuação de critérios individuais e o cálculo de uma pontuação global por manifestação de interesse. Prevê-se que as 50 manifestações de interesse mais bem classificadas sejam submetidas a uma análise técnica mais detalhada por uma equipa de peritos e que as 30 manifestações de interesse mais bem classificadas sejam partilhadas com o Comitê Diretor Interino para a tomada de decisão final, tendo em conta o equilíbrio regional e do ecossistema.

28. São necessárias cartas de não objeção dos governos dos países onde os candidatos estão estabelecidos ou de cada um dos países onde as atividades serão realizadas?

Serão exigidas cartas de não objeção dos governos dos países onde os candidatos selecionados estão estabelecidos, mas não de cada um dos governos onde as atividades serão realizadas (no caso de projetos plurinacionais).

29. Pode ser apresentado um projeto plurinacional?

Sim.

30. O sector privado pode ser incluído na proposta, tendo em conta o seu impacto significativo no ecossistema e a necessidade de o envolver para obter resultados eficazes?

Sim, um dos critérios de avaliação é: "A proposta apresenta uma estratégia clara para envolver outros titulares de direitos e atores relevantes para maximizar o impacto e a sustentabilidade dos resultados." Os parceiros do sector privado podem absolutamente ser incluídos se o candidato quiser trabalhar com eles.

31. As ideias de projetos devem ser planeadas para abranger todo o período 2026-2030, como indicado nos documentos informativos, ou seria aceitável propor iniciativas mais curtas, por exemplo, projetos com uma duração de dois anos?

Um dos principais critérios de avaliação é a contribuição do candidato para os Benefícios Ambientais Globais, que muitas vezes requerem um período mais longo para serem concretizados. No entanto, se o candidato planejar conceder subvenções e for apropriado conceder subvenções por períodos menores que 5 anos, isso seria aceitável.

E. PERGUNTAS COMPLEMENTARES

32. A manifestação de interesse deve ter um máximo de 10 páginas, incluindo os anexos?

Sim, a manifestação de interesse deve ter um máximo de 10 páginas, incluindo todos os anexos. Os parceiros selecionados desenvolverão um plano de subprojeto completo.

33. Existem requisitos documentais adicionais, tais como certificados de registo, demonstrações financeiras auditadas e outros, que serão exigidos durante a fase de manifestação de interesse?

Não, não há requisitos adicionais para a apresentação de documentação nesta fase. Os candidatos devem responder a todas as perguntas no formato da manifestação de interesse, respeitando o limite de 10 páginas. Os candidatos selecionados serão convidados a apresentar documentação adicional numa fase posterior.

34. Qual é o fuso horário e a hora limite do dia 30 de junho?

Desde que a manifestação de interesse seja apresentada até 30 de junho, não existe uma zona temporal ou um prazo específico a ter em conta.

35. Os candidatos têm de apresentar uma carta de não objeção na fase de manifestação de interesse?

Não. Não é necessário enviar uma carta com a apresentação da manifestação de interesse. O equipo de HCI trabalhará com os projetos selecionados para obter os documentos necessários.

36. O financiamento do Componente 2 será limitado aos parceiros do Componente 1?

O Componente 2 do HCI tem dois elementos principais: um que visa apoiar os parceiros do Componente 1 a responder às suas necessidades de reforço das capacidades autoidentificadas e

outro que visa proporcionar oportunidades de formação e outros recursos para o reforço coletivo das populações indígenas e das organizações e redes das comunidades locais.

37. Qual é o período de execução dos projetos no terreno no âmbito do Componente 1?

Os projetos no terreno têm o mesmo período de execução que o HCI global - de 2026 a 2030.

38. As seguintes atividades seriam consideradas elegíveis para aumentar a visibilidade das contribuições dos povos indígenas para a conservação da biodiversidade: campanhas, produção de material audiovisual, meios de comunicação comunitários, participação em eventos internacionais?

Sim, todas essas atividades serão elegíveis, desde que façam parte de uma gama mais vasta de atividades que produzam Benefícios Ambientais Globais.